

ÁREAS DE ARBORICULTURA PRÉ-AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA NOTAS PRELIMINARES

Protásio Friel †

(Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém)

O tema deste trabalho se refere a uma *arboricultura* indígena, em parte ainda existente na Amazônia, cujas origens se ligam a fases *pré-agrícolas* e a uma cultura de primitivos coletores. Não se trata, portanto, de uma indicação de aproveitamento de madeiras, frutas, etc., mas de um tipo de cultivo racional de certas espécies de árvores plantadas por aqueles grupos coletores, especialmente para fins econômicos. Excluimos outras plantas cultivadas, cujos começos alcançam as mesmas épocas, restringindo-nos apenas à mencionada arboricultura em moldes primitivos. Isto simplifica um pouco a compreensão do problema.

O assunto atraiu a nossa atenção, pela primeira vez, entre os Tiriyo. Certa ocasião, em viagens, com esses índios, atravessamos vários taperebazais (*Spondias lutea* L.) mais ou menos extensos, na região do igarapé Mapiimpõ, afluente do Iriki, por sua vez tributário do Paru de Oeste. Diante de nossa surpresa pela quantidade de taperebás ali existentes, os Tiriyo explicaram que essas árvores foram plantadas por seus ancestrais numa época em que ainda não conheciam roças, nem aldeias, vivendo debaixo de paraventos e tendo como armas principais cacetes e bordunas; referiram-se também à ausência de arco e flecha. Quando lhes fizemos ver que por perto desses taperebazais existiam sítios de antigas habitações, reconhecíveis pelos restos de cerâmicas arqueológicas, responderam que esses sítios são de datas posteriores, já da "época das roças", e que essa gente só aproveitou e desfrutou as fruteiras já existentes, como eles mesmos o fazem ainda hoje. Explicaram também que, no princípio, os taperebazais eram menores, mas que, com o tempo, aumentaram, propagando-se, mais tarde, por si mesmos.

Os Tiriyo referiram-se também a outros taperebazais da região, de origem cultivada. Indicaram certas regiões mais ao sul do seu "habitat" (Turūganê, Pü-imö), ao leste (região do Xitaré), para o oeste (nas fraldas da serra do Acaraim nos rios Marapi e Panama) e ao norte (Mopéwaka, Parúwaka), onde, em viagens, encontramos de fato vários outros centros de taperebás plantados. Embora ignorando os limites mais exatos da expansão

do cultivo do taperebá, destaca-se com bastante nitidez o conceito de uma área de arboricultura, de forma que, com razão, podemos falar, dentro deste conceito, de uma "área de taperebá", que se estende, provavelmente, ao longo da serra Tumucumaque e Acaraí, até o rio Trombetas ou mais além.

Hoje em dia, o cultivo dessa árvore pelos índios Tiriyo (e seus vizinhos) já não existe mais, pois, pelo advento da horticultura, a arboricultura perdeu de importância para os grupos. Todavia aproveitam bastante as frutas, pois são ainda, parcialmente, coletores.

Vejamos um pouco mais de perto o "caso dos taperebás", já que em outras áreas da Amazônia se processou um desenvolvimento semelhante, embora com ligeiras variações.

Assim, encontramos mais para o oeste, uma área de arboricultura que poderíamos chamar de "área da pupunha". A pupunheira (*Guilielma gasipaes*) é cultivada desde tempos remotos pelos índios. O grupo que mais se destaca é o dos Waika ou Yanomamö. Estes, até há poucos decênios, viviam como coletores com horticultura incipiente, de tipo arcaico. Mesmo nessa época, o cultivo da pupunha já era antigo entre os Waiká. Becher, Zerries e outros mencionam o assunto.

Pela introdução da mandioca e de outras plantas de cultivo do nível dos horticultores da Floresta Tropical, a cultura da pupunheira está começando a declinar, se bem que o fruto continue sendo um dos principais meios de subsistência. No Brasil, a área compreende a região da Serra Parima, de onde se estende pela Venezuela adentro até o istmo meso-americano (território, talvez, de origem); por outro lado, segundo informação pessoal de Eduardo Galvão, atinge ainda o Rio Negro, onde o plantio é feito também por grupos aruák. Trata-se, enfim, de um tipo de arboricultura de antigos grupos de coletores, mas que se mantém até hoje, perdendo de importância na medida em que as tribos adotam o regime da horticultura.

Perto dessa área encontra-se outra, a "área do açaí" (*Euterpe oleracea*, Mart.). Os índios que ali mais cultivavam o açaí, eram, segundo o nosso conhecimento, os Makú. Segundo Mark Münzel, o plantio do açaí teria sido de grande importância para esses índios até há uns 40 anos, havendo diminuído por causa da menor fertilidade das terras do *habitat* atual da tribo no Uneiuxí em comparação com o antigo, que era o rio Têa (Münzel, 1969-1972, pág. 152).

Entre essa área e a próxima, de que temos conhecimento, abre-se, por enquanto, uma lacuna que vai desde o Japurá, pelo Acre, até a região do Madeira-Tapajós. Ainda não encontramos referências seguras a uma arboricultura ali existente que venha de fases pré-agrícolas. Há indícios de uma área de tucumã (*Astrocaryum vulgare*), cultivado no alto Japurá-

Solimões, de uma segunda área de pupunha no Purus-Jaruá (Lowie, 1948, pág. 4) e de outra que se estende do Chaco até Mato Grosso adentro: a área da algaroba (*Prosopis*). Todavia, as conexões com grupos coletores pré-agrícolas nos parecem ainda duvidosas, razão por que não as incluímos aqui. Talvez possam, futuramente, completar o quadro total.

A área de arboricultura que, então, se segue é a tapajônica que podemos denominar de “área do mucajá” (*Acrocomia sclerocarpa* Mart.), na atual Mundurucânia. Esta área se estende através dos campos dos Mundurukú até os do sul, onde o plantio do mucajá até para os Kadiwéu parece ter tido importância. Em todo caso, os Mundurukú afirmam, por tradição, que a grande maioria dos mucajás dos campos provém do cultivo de seus ancestrais: ancestrais, provavelmente, em sentido amplo, como população autóctone, antes da invasão dos Tupí-Kawahíb, dos Parintintín e dos Mundurukú na Tapajônia, com a qual os Mundurukú se mesclaram. Como prova, estes dizem, entre outras coisas, que nos lugares em que, nos campos se encontram mucajazais, existiu um acampamento ou sítio dos antepassados, o que, aliás, se pode reconhecer, facilmente, por achados de instrumentos líticos e outros indícios (fragmentos de cerâmica, etc.). Importante, ao nosso ver, é o fato de que os próprios Mundurukú ligam o cultivo do mucajá a um nível cultural e econômico em que seus ancestrais ainda não conheciam a agricultura, vivendo como coletores em plenos campos gerais, onde a horticultura ou agricultura já por si é impossível.

Outra região arborícola tem como centro do alto Xingú, com as terras do atual Parque Nacional Indígena do Xingú. É a “área do pequi” (*Caryocar butyrosu* ou *villosu*). Já von den Steinen se refere a longas filas de pequizeiros, mangabeiras e urucuzeiros plantados. E ultimamente temos o testemunho dos irmãos Villas Boas sobre o plantio do pequi desde tempos remotos: “. . . Quantos anos não mourejavam eles com seus precaríssimos instrumentos de pedra para transformar grandes extensões de mata em vastos mangabais e pequizais. . .” (Villas Boas, 1970, pág. 21). Esta “área do pequi”, ao que nos consta, se estende por uma faixa ligeiramente oblíqua até os Xerênte e até o Maranhão entre os índios Canelas (Ramkókamekran).

Coincide com estas duas últimas áreas da arboricultura, a saber a do mucajá e a do pequi, outra, de extensão maior, cobrindo as áreas dos campos, desde o Tapajós, o Xingu, o Tocantins até o Maranhão e o Pará. É a “área da mangabeira” (*Hancornia speciosa*), sobre a qual há referências diretas, na tradição dos Munduruku e dos Xinguanos, como também indiretas na bibliografia (von den Steinen, Nimuendajú, Villas Boas).

Com esta última área, fecha-se, por assim dizer, o ciclo das áreas de arboricultura de origem pré-agrícola na Amazônia. Resta considerar, se, além das aqui mencionadas, existem outras, que, geograficamente, a elas se sobrepõem. Assim, possivelmente, há uma “área de abiú” (*Ponteria*

caimito), uma “área do caju-açú”, uma “área do cacau (silvestre)”, uma “área do purumã (*Pourouma quianensis*) e outras na região Norte-Amazônica, desde o Tumucumaque até as fronteiras da Colômbia, além das “áreas do tucumã e da algaroba”, já citadas. Repetimos, todavia, que ainda não estabelecemos essas áreas como de origem pré-agrícola, por falta de documentação satisfatória.

Da situação aqui indicada pode-se tirar uma série de deduções relativas ao ambiente fitogeográfico e cultural daqueles grupos, quer quanto ao nível adaptativo, quer quanto ao econômico e social. Vejamos:

1) Todas as áreas, enquanto podemos divisá-las, encontram-se (por assim dizer) nas bordas da chamada “Amazônica Legal”, circundando a Bacia Amazônica, enquanto da própria “Calha do grande rio” não temos nenhuma notícia de qualquer área de arboricultura. Mesmo os grandes açazais do Baixo Amazonas (p. ex., da região de Breves) parecem ser naturais e de crescimento silvestre.

A maioria dessas “áreas de arboricultura” encontra-se em regiões de campo ou, pelo menos, de transição do campo para a mata, como, p. ex., nas fronteiras setentrionais da Amazônia.

Todavia, o fato de se encontrarem essas áreas de arboricultura em terras amazônicas, não quer dizer que ali se tenham originado. Bem pode ser que o cultivo tenha vindo de outras regiões, seja diretamente por imigração de grupos nômades para dentro da Amazônia, seja indiretamente por contato de coletores amazônicos com outros grupos arboricultores. Como exemplo para estas possibilidades podem servir a pupunha, o tucumã e, talvez, o taperebá, cujo cultivo era conhecido em territórios vizinhos (Venezuela, Colômbia, Suriname) fora da área estritamente amazônica.

É notável que a arboricultura, em todos os casos em que a tradição indígena pôde ser consultada (p. ex., Tiriyo, Mundurukú, Waiká), esta se liga a uma cultura primitiva de grupos coletores. Com o acesso a um nível econômico de horticultura incipiente, a arboricultura começa a perder de importância, é negligenciada e lentamente abandonada. O “tempo de amadurecimento” pode ter influenciado nisso; pois, enquanto o arboricultor tinha que esperar vários anos até que a árvore frutificasse, o horticultor tinha a colheita garantida anualmente. Os índios atuais apenas desfrutam o plantio de seus antepassados. Todavia, em alguns grupos (p. ex., Waiká, Makú), o cultivo de árvores frutíferas persiste, embora em escala diminuta, como último reflexo daqueles arboricultores, embora, como já dissemos, a sua importância diminua cada vez mais.

2) A cultura dos coletores primitivos nas áreas de arboricultura na Amazônia foi, ao que tudo indica, bastante homogênea em suas manifestações adaptativas, embora houvesse ligeiras variações. Era uma cultura que abrangia toda a Bacia Amazônica até as bordas e, talvez, mais além. Era

uma “cultura-base”, sobre a qual, no correr das épocas, outros tipos de cultura vieram a sobrepor-se por meio de imigrações, formando fases ou camadas culturais em sentido quase estratigráfico. Ainda hoje percebemos os reflexos dessa “cultura-base” dos grupos coletores de outrora. Um exemplo: encontra-se o buril (instrumento de dente de cutia, paca ou capivara, fixado em pequeno cabo de madeira, exercendo funções de formão, cavador ou gravador de madeiras) tanto entre os grupos do norte da Amazônia, como nos do sul. Ou a “plaina”, para alisar madeiras, constituída ou pelo simples queixo do porco do mato (queixada), sem qualquer beneficiamento humano, ou pelos grandes caramujos das matas, quebrados no alto da sua casa. A primeira variante é mais comum nas áreas do Norte Amazônico; a segunda, nas áreas do Sul, alcançando todavia também as do Norte. Outros exemplos: perfuradores de osso ou de espinhas de peixe, escarificadores de dentes de peixe, além de outros objetos e do vasto material lítico em todas as suas formas e variações.

Refere, ainda, a tradição dos índios que esses antigos coletores eram nômades. Não tinham casas sólidas, nem aldeias como os grupos atuais. Moravam debaixo de para-ventos ou para-sóis, aproveitando também cavernas e lapas, e dormiam sobre folhas no chão ou, em outros casos, em redes primitivas, feitas de enviras ou cipós.

O estudo do ambiente cultural primitivo (da “cultura-base”), como também das possíveis conexões culturais entre os vários grupos dessas áreas, devia ocupar um espaço maior neste trabalho, por se tratar de um ponto básico para se compreender aquela situação, na maioria dos casos, ainda pré-histórica. Mas já que este estudo não passa de um resumo, contentamo-nos com a simples indicação do assunto.

O cultivo de certas árvores teve, naturalmente, também repercussão na vida econômica daqueles grupos. O sustento tornou-se em certas épocas facilitado ou até parcialmente garantido pelas próprias frutas que então se incorporavam nas bases alimentícias do grupo; ademais, as frutas atraíam certas espécies de animais de caça. No primeiro caso, além do simples motivo de sustento, agia, sem dúvida, a instintiva necessidade de abastecimento com reservas de vitaminas, etc. Por outro lado, pelos mesmos motivos, uma série de animais de caça (antas, pacas, jabotis, etc.) passava a procurar os lugares das fruteiras, que, no linguajar do caboclo amazônico, se tornaram “comedorias de caça”, isto é, lugares em que a caça vai comer. Especialmente à noite e de manhã cedo freqüentam esses sítios, tornando-se presa fácil para o caçador. A vantagem desse tipo de cultivo foi, portanto, dupla, a saber, em relação à coleta e à caça, para a obtenção de frutas e de carnes.

Do cultivo de determinadas árvores frutíferas resulta também a noção mais precisa do *habitat*, ou seja, uma mais exata delimitação da área habitacional do grupo. As fruteiras plantadas, mucajazais, pequizais, tapere-

bazais ou seja que for, são “pontos fixos”, que não se locomovem como a caça. Para ter o proveito do cultivo, o grupo, em determinadas épocas, tinha de voltar para estes “pontos fixos”. Não cremos que aqueles nômades tenham vagado a esmo por essas terras, mas que houve em suas correrias certas delimitações. Assim, por grupos em condições semelhantes, com os quais não queriam entrar em litígio; ou por áreas de coleta ou de caça mais abundantes, etc. Mas o fato de se iniciar uma coleta mais racionalizada por uma economia complementar de cultivo de árvores contribuiu, sem dúvida, para uma maior estabilidade local dos grupos, o que não exclui andanças ou correrias por um território mais vasto nas épocas de ausência das frutas cultivadas.

Em vista disso, desenvolveu-se mais outro conceito: o da propriedade. Não queremos dizer com isso que os grupos coletores de então não tivessem tido conceitos de propriedade, mas que a arboricultura, provavelmente, ajudou a firmar o conceito de propriedade comunal. Este se desenvolveu em duas dimensões:

A primeira abrange as fruteiras cultivadas. Um lote de fruteiras, um taperebazal, p. ex., pertencia a determinado grupo (ou subgrupo) e só este tinha direito de desfrutá-lo, o que era vedado a grupos vizinhos ou até a outros bandos do mesmo grupo. No Tumucumaque, p. ex., ainda hoje, por tradição, os índios Tiriyo distinguem perfeitamente a que subgrupo (ou bando nômade) dos Aibüba (um dos grupos ancestrais dos Tiriyo) os vários taperebazais haviam pertencido, quem os tinha plantado e, conseqüentemente, que grupo tinha direito de desfrutá-lo naquele tempo, como ainda hoje em dia, por um tipo de herança tribal. De certa maneira encontra-se um paralelo para este conceito de propriedade entre os Karíb atuais. Dono ou proprietário da roça ou da aldeia e, com isso, das terras ao redor é aquele (grupo ou chefe) que desbravou a mata, que fez a plantação e a aldeia, embora em serviços de mutirão. Mesmo depois de estações de caçadas ou outras excursões, o grupo volta sempre ao lugar de sua propriedade. Segundo as informações indígenas, coisa semelhante parece ter acontecido nos tempos antigos. O grupo coletor, embora vagando por determinado território, voltava sempre aos seus centros de fruteiras cultivadas, que eram propriedade sua. O conceito de propriedade grupal coincide, em suas conseqüências, com os começos da estabilização dos grupos nômades. Sobretudo os locais das fruteiras devem ser vistos como os pontos de fixação inicial.

A segunda dimensão do conceito implica a delimitação do território grupal. Tomando como pontos de referência os centros de arboricultura, o grupo começou a considerar como “terra sua” em sentido quase jurídico, sua área de correrias. E sendo o território exclusivamente seu, em termos de ocupação e de exploração econômica, qualquer grupo ou pessoa que pudesse violar o direito de propriedade era considerado intruso e inimigo

potencial. Daí, em grande parte, as freqüentes guerras e brigas entre grupos vizinhos, a que se referem as tradições indígenas. Os índios atuais dessas áreas de arboricultura, sentindo-se descendentes daqueles coletores, justamente por esse conceito de propriedade grupal ou comunal herdado por muitas gerações, criaram realmente o que se pode chamar "amor à terra". Sabemos de casos, p. ex., o dos Xikrín do Caiteté, que o SPI de então pretendeu transferir de seu ambiente do rio Caiteté para o dos Campos do Triunfo, em que os índios se negaram a concordar, porque a terra era deles como o tinha sido de seus pais e avós. A idéia de que "esta terra é nossa" está enraizada na mente do indígena como herança de seus ancestrais. E só em casos extremos desiste desses direitos, as mais das vezes por pressão externa.

Como principal resultado de toda essa exposição podemos indicar que, na Amazônia, não houve transição abrupta de um nível de grupos de puros coletores para outro de horticultores, mas que existiu, pelo menos *um* estágio intermediário, o de coletores com primitiva arboricultura pré-agrícola. A arboricultura constitui, pois, para aqueles grupos o primeiro passo para outro nível econômico, o da horticultura. Em certas regiões, p. ex. nas dos índios Tiriyo, Mundurukú, Waiká, a tradição refere ainda um estágio de horticultura incipiente, caracterizada pela completa ausência da mandioca e de outras plantas de cultivo atual. Por outro lado, menciona o cultivo de vegetais que, em sua maioria, os índios já não plantam hoje em dia, como o "xintü" dos Tiriyo, uma série de tajás comestíveis, mandioca silvestre, certos tubérculos da selva, o "kupá" dos Kayapó, etc., que na atualidade não passam de relíquias daquelas épocas.

Baseando-se nessas tradições, como também em relatos de viajantes dos séculos passados, podemos distinguir, portanto, 4 fases de desenvolvimento agrícola na Amazônia indígena, especialmente nas regiões daquelas áreas de arboricultura:

- 1 — fase de puros coletores, sem agricultura;
- 2 — fase de coletores, com arboricultura pré-agrícola;
- 3 — fase de agricultores, com horticultura incipiente de tipo arcaico;
- 4 — fase de agricultores, com horticultura do tipo da Floresta Tropical.

Creemos ser desnecessário advertir que essas fases, na seqüência aqui apresentada, constituem apenas um esquema teórico, já que, na realidade, podiam ser simultâneas conforme o estado cultural do grupo. Ilustra-o o exemplo dos Waiká e dos Makú atuais, que, embora integrando-se na última fase dos horticultores da Floresta Tropical, ainda exercem o primitivo tipo de arboricultura do nível dos simples coletores. Não se trata, portanto, de fases estrita ou temporalmente delimitadas, mas sim fluentes, que, por fim, resultaram na horticultura indígena atual.

FONTES UTILIZADAS

1. Tradição oral das tribos Mundurukú, Tiriyo, (Waiká) e Xinguanos

2. Bibliografia:

LÉVI-STRAUSS, Claude

1950 — The use of wild plants in Tropical South America. *In: Handbook of South American Indians*, vol. 6. págs. 465-486. Washington.

LOWIE, Robert H.

1948 — The Tropical Forests: An Introduction. *In: Handbook of South American Indians*, vol. 3, págs. 1-56. Washington.

MÜNDEL, Mark

1969-1972 — Notas preliminares sobre os Kaborí (Makú entre o Rio Negro e o Japurá). *Revista de Antropologia*, vol. 17-20, págs. 137-181. São Paulo.

PATIÑO, Victor Manuel

1963 — *Plantas Cultivadas y Animales Domésticos en América Equinoccial*. Cali.

STEINEN, Karl von den

1942 — *O Brasil Central: Expedições em 1884 para a exploração do rio Xingú* (Brasília, Grande Formato, 3). Companhia Editora Nacional. São Paulo.

VILLAS BOAS, Orlando & VILLAS BOAS, Cláudio

1970 — *Xingú: Os índios, seus mitos*. Zahar. Rio de Janeiro.